

**XIV Encontro Nacional de Professores de Jornalismo (ENPJ)**  
**Uberlândia/MG, UFU, 27 a 30 de abril de 2012**  
**GP Ensino de Ética e de Teorias do Jornalismo**  
Coord.: Maria do Socorro Veloso – [socorroveloso@uol.com.br](mailto:socorroveloso@uol.com.br)

## **Busca (Jornalística) da Transparência**

**Como agendar o controle social da gestão pública no ensino de Jornalismo?**

**Resumo:** Qual a relação entre os recentes debates sobre transparência e controle social da gestão pública e o ensino de Jornalismo nas Universidades brasileiras? Em que aspectos a preocupação social com a gestão pública integra o cotidiano da formação e da prática profissional em Jornalismo, a partir dos cursos universitários? Os questionamentos aqui lançados marcam um ponto de partida ao presente ensaio. O desafio é apostar em uma reelaboração das abordagens teóricas do ensino de Jornalismo. Isso porque, mais que uma perspectiva de análise, trata-se de situar o compromisso pela transparência na gestão pública como um dos eixos (e horizonte social) que perpassam pelas diversas áreas de atuação profissional e campos de organização das sociedades contemporâneas.

**Palavras-chave:** Agendamento e transparência. Ensino de Jornalismo. Controle social da gestão pública.

**Autores:** *Isadora Ortiz de Camargo*<sup>1</sup>, *Sérgio Luiz Gadini*<sup>2</sup>

*“Acredito tanto no ser humano que, quando leio  
jornal ou vejo televisão, me convenço de que  
um outro jornalismo é possível. Talvez por isso  
o ensino de jornalismo poderia mudar”*

*(Luiz Naue)*

### **Introdução**

O compromisso pelo desenvolvimento social tem sido pauta tratada pelas diferentes esferas brasileiras, como entidades, órgãos públicos, sindicatos, movimentos sociais, entre outros grupos. No entanto, no que se trata de publicização de dados públicos, a população do País, ainda, sofre com a dificuldade e, em alguns

---

<sup>1</sup> Jornalista, especialista em gestão de movimentos sociais. E-mail: [camargoisadora@yahoo.com.br](mailto:camargoisadora@yahoo.com.br)

<sup>2</sup> Jornalista, professor da UEPG, presidente do Fórum Nacional de Professores de Jornalismo (FNPJ) - Gestão 2010/2012. E-mail: [sergiogadini@yahoo.com.br](mailto:sergiogadini@yahoo.com.br)

casos, até impossibilidade de acesso a números referentes à administração pública e que, infelizmente, fazem parte de um conjunto de mistérios ou dilemas que, de certa forma, permanecem obscuros.

Com a ausência de uma abertura ampla e adequada dos dados públicos, o campo profissional do jornalismo, cada vez mais, contribui para auxiliar no desempenho de uma função pública: buscar, desvendar e tornar público tais informações. É nessa perspectiva que a formação profissional tem, hoje, um desafio, que é consolidar o debate da transparência pública dentro das instituições de ensino para que, no futuro, a prática dos profissionais anualmente graduados nas mais de 350 escolas universitárias de Jornalismo possam desempenhar o papel de fiscalizadores públicos, algo que, ao menos até o momento, não tem sido desenvolvido pelas diversas instâncias governamentais em nível nacional.

Pode-se dizer que as universidades têm a importância de propor não apenas uma formação conceitual, humana e profissional, capaz de assegurar reflexões que, no cotidiano das ações profissionais, podem contribuir mais diretamente na organização da sociedade civil e, assim, garantir acesso universal aos modos como o dinheiro do contribuinte está sendo utilizado. O caso da transparência e controle social da gestão pública é um dos assuntos mais recorrentes e, cada vez mais, precisa fazer parte do dia a dia da formação profissional em Jornalismo nas Universidades, seja por meio de atividades laboratoriais, reflexões ou ações integradas ou organizações públicas ou não governamentais.

O texto que segue tenta abordar o histórico em que se insere a formação profissional em Jornalismo, destacando alguns apontamentos sobre a relação entre o agendamento da transparência pública e lançando alguns desafios de como o jornalismo pode desempenhar o papel de 'controlador' social ou, em outros termos, operar como um dispositivo de controle social capaz de contribuir na formação da opinião pública.

### **Histórico de um compromisso jornalístico social no Brasil**

A mídia, em geral, é um dos principais espaços/meios que instituem a formação histórica da opinião pública brasileira, desde que as primeiras décadas do século XIX, quando a principal cidade do País passou a contar com jornal diário. E, assim, a opinião pública passa a ser forma(ta)da pela presença de meios de comunicação, que agendam e tensionam os modos como os grupos hegemônicos pensam, se comportam e buscam projetar tais comportamentos. Isso tudo, é claro, na

lógica de defesa dos direitos, interesses ou projetos (políticos, econômicos, religiosos ou sociais, em alguns raros casos) dos grupos dominantes.

De certa forma, a mídia tenta manifestar publicamente um retrato da realidade social do País, nem sempre de maneira plural, mas o fato é que o que se lê nas capas dos principais diários nacionais é também o que faz parte, de maneira quase inerente ou integrada, dos modos como os grupos hegemônicos buscam administrar a vida pública (no País, Estado, Região ou Cidade), seja pelo controle do caixa financeiro ou pela indicação dos gestores de tais funções públicas.

Oportuno pensar que a oposição política no Brasil contemporâneo (pós-regime militar 1964-84) se habituou a dialogar com a opinião pública e com mídia como uma suposta 'força' de representação política, capaz de questionar o modo hegemônico de gestão pública. E isso, logicamente, não se pode pensar que é (ou foi) consensual. Por isso mesmo, é digno de se discutir, sempre que se fala em construção das formas possíveis de ver, pensar e viver o Brasil!

A proposta do texto que segue é discutir como o ensino do Jornalismo pode contribuir para um amplo debate – não restrito aos circuitos da profissão – capaz de indicar pistas para um fazer midiático de fato preocupado com a busca pela transparência da gestão pública e, de forma prática, nas condições de acesso que os contribuintes poderiam acompanhar e até fiscalizar o uso do dinheiro cotidianamente pago pela população.

Nessa perspectiva da atuação jornalística, vale recuperar que, no histórico da imprensa brasileira, não há uma leitura linear dos principais momentos que marcaram tais mudanças, seja na formatação do jornalismo ou na lógica de organização empresarial. E, portanto, a necessidade de discutir temas de desenvolvimento humano e social é latente, sendo a transparência pública uma preocupação do ensino em Jornalismo e também da prática profissional, impulsionada pela formação universitária de qualidade.

E o que tais transformações têm a ver com as relações entre o agendamento social da mídia, da ação política para um compromisso de fiscalizar o poder público e fortalecer a sociedade civil? Além das mudanças estruturais do Jornalismo, é preciso repensar a lógica da produção noticiosa. Equivale dizer que toda informação deve ter um compromisso com o interesse público.

### **A transparência ganha força no debate público (brasileiro)**

De acordo com informações disponíveis no Portal Transparência ([www.portal-transparencia.gov.br](http://www.portal-transparencia.gov.br)), a Lei Complementar 131, de 27 de maio de 2009, "alterou a re-

dação da Lei de Responsabilidade Fiscal no que se refere à transparência da gestão fiscal, inovando ao determinar a disponibilização, em tempo real, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios”. Por sua vez, o *Portal* é uma “iniciativa da Controladoria-Geral da União (CGU), lançada em novembro de 2004, para assegurar a boa e correta aplicação dos recursos públicos. O objetivo é aumentar a transparência da gestão pública, permitindo que o cidadão acompanhe como o dinheiro público está sendo utilizado e ajude a fiscalizar” ([www.portaltransparencia.gov.br/sobre/](http://www.portaltransparencia.gov.br/sobre/)).

E o que o Jornalismo tem a ver com isso? Nesta perspectiva, o Jornalismo pode ser considerado como o principal mediador na cobrança do poder público pelo desenvolvimento do papel de transparência, como, principalmente, de investigador das ilegalidades públicas. Um bom exercício para pensar na importância do fazer jornalístico é pensar o que seria o Brasil sem o Jornalismo...

### **E surge uma Conferência pela transparência pública**

A realização da *1ª Conferência Nacional pela Transparência e Controle Social*, marcada para os dias 18 a 20 de maio/2012 (em Brasília/DF), não foi uma dívida governista. O gradual processo por uma maior e efetiva participação popular no controle da gestão pública foi ganhando força e adesão ao longo dos últimos anos no País.

Como se sabe, a Conferência (CONSOCIAL) é um “espaço público de debates, um mecanismo institucional de democracia participativa. São grandes fóruns organizados, em que os diversos segmentos da sociedade debatem, por meio de metodologia específica, todas as políticas públicas do país que sejam referentes aos temas discutidos”. ([www.consocial.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=4](http://www.consocial.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=4))

Aliás, este processo – que vem ao encontro de um esvaziamento de instituições tradicionais de representação social no Brasil, como é o caso dos poderes instituídos e, de certa forma, também da representação política (partidária) – registra avanços significativos, desde o início da última década, com ações que abriram caminho para criação de leis a partir de projetos de iniciativa popular, por meio de milhões de assinaturas, como é o caso da Lei de Combate à Corrupção Eleitoral (de 1999) e, mais recentemente, com a aprovação da Lei da Ficha Limpa, que contou com milhões de assinaturas em todo Brasil, resultando na aprovação de uma iniciativa que, até o início de 2009, parecia bastante difícil.

Assim, em 2011, a Controladoria Geral da União abriu espaço para formalizar um espaço de debate sobre políticas públicas, com vistas a um maior e efetivo controle social da gestão administrativa, com participação popular assegurada. E, assim, surge a Iª CONSOCIAL.

No Paraná, como em vários outros Estados, depois da realização de conferências regionais (ou municipais) em diversas cidades durante o mês de fevereiro, aconteceu a Iª Consocial PR, entre os dias 12 e 14 de março/12. Na ocasião foram eleitas as 20 principais propostas, discutidas para ir à etapa nacional do evento.

E o que tais propostas tem a ver com o ensino de Jornalismo? Vale conferir algumas das propostas aprovadas na Consocial PR, entre várias outras afins, que dizem respeito à gestão pública em sintonia com demandas ou ações de mídia.

*- Obrigatoriedade de os órgãos públicos (prefeituras, estado, união) publicarem anualmente, em campo específico, listagem das empresas que receberam pagamentos por produtos ou serviços prestados/fornecidos, informando os nomes dos proprietários/acionistas das empresas.*

*- Incentivar e fomentar a implantação de observatórios sociais em todos os municípios do Estado com divulgação do andamento das ações na justiça referente ao controle social.*

*- Instituir que haja placas indicativas em todas obras públicas e que nelas obrigatoriamente conste o nome da contratada, o objeto do contrato, as fontes de recursos, o prazo de entrega, o valor, as fases da obra, os aditivos concedidos, o nome e o contato do responsável técnico pela obra e fiscalização da mesma.*

*- Os dados de transparência devem ser explicitados de maneira clara aos cidadãos: via rádio, jornal, editais, placas, internet e demais meios de comunicação.*

*- Formular ações que promovam o conhecimento da transparência pública, do controle social e da cidadania fiscal nas escolas, de forma que haja capacitação dos professores focada nesse tema.*

*- Todas as pastas da Administração direta e indireta de todos os poderes, em especial o órgão de controle interno, terão que fornecer cursos periódicos ou quando solicitados, a cargo de profissionais de carreira, com a finalidade de capacitar os cidadãos para o exercício do controle social e para efetiva navegação nos portais.*

*- Garantir que o dinheiro público destinado a ações de publicidade do governo seja utilizado exclusivamente com fins educativos, visando a assegurar o acesso aos serviços públicos e a incentivar a participação social dos cidadãos.*

*- Que as sentenças judiciais e administrativas condenatórias por atos lesivos ao patrimônio público indiquem o real prejuízo, dando exemplos para que as pessoas possam ver o reflexo na prática, e que o resultado seja alvo de campanha publicitária para que chegue até a população.*

*-Realizar campanhas nacionais através de todos os meios de comunicação, para mobilização da sociedade civil, visando fomentar o interesse em participar ativamente do controle social.*

Como se vê, as propostas acima dialogam, na maioria dos casos de modo bastante direto, com a perspectiva de um Jornalismo socialmente linkado com demandas públicas, seja em nível local, regional ou nacional. E, logicamente, também universal. E, pois, a pertinência de tais temas no cotidiano do ensino profissional na

área é apenas mais um desafio a ser incorporado pelos docentes que atuam em Escolas de Jornalismo.

### **Entre desafios e compromissos, um campo de ação (editorial)**

Pensar em qualidade de informação é também pensar em uma produção jornalística de respeito ao cidadão, que seja efetivamente comprometida com o bem comum e ao mesmo tempo responsável com os possíveis desdobramentos de toda e qualquer informação que chega ao leitor, ouvinte ou telespectador. Em tempos de interlocução de plataformas e da popularização da internet, a atividade jornalística encontra-se no dilema de acompanhar a era da 'digitalização' (em tempo real) de qualquer tipo de conteúdo, se diferenciando com o tratamento de tais informações, isto é, refletir responsabilidade social e enfatizar ações editoriais que reforçam transparência e fiscalização pública.

Nesse sentido, falar em transparência na gestão pública hoje é buscar ou identificar estratégias de compreensão do agendamento no ensino do Jornalismo, cada vez mais necessário para projetar e fortalecer um exercício profissional cidadão.

Oportuno ponderar toda e qualquer produção noticiosa depende de uma ação de trabalho contínua e, pois, parte instituinte da construção social da realidade, onde o jornalista opera como importante ator social. E, em boa medida, este processo envolve opções, critérios e referências ideológicas, culturais, que dialogam e dependem de interações ou mesmo de organizações da vida cotidiana (Naue, 1998; Sousa, 2002).

Na mesma lógica, as reflexões sobre temas/problemas públicos têm que estar presentes no cotidiano de trabalho ou no ensino. E, por isso, a pertinência do agendamento da transparência pública no debate de um jornalismo público, que discute assuntos, faz análises constantes e expressa preocupações concretas com a qualidade de vida da população, seja pelo debate ou informação, contribui diretamente com a gestão pública.

Para isso, considerar a hipótese de agendamento temático torna-se necessária para entender e pautar assuntos pertinentes ao desenvolvimento humano. A hipótese de agendamento como estratégia comunicativa e editorial – de acordo com o conceito proposto por McCombs e Shaw em 1972 - demonstra que é próprio da mídia determinar, por meio da seleção de assuntos reportados, a pauta de debate público. Os veículos comunicacionais não pretendem persuadir a massa, mas “apresentam ao público uma lista daquilo sobre o que é necessário ter uma opinião e discutir” (Wolf, 2006, p.145).

Dessa forma, a mídia auxilia coletivamente na formação da opinião pública acerca dos temas que chegam ao meio social e, assim, agendam assuntos sobre o que as pessoas vão ou podem pensar, mesmo que essa não seja a intenção principal e explícita dos jornalistas (McCombs, 2009). Neste contexto, é possível inferir que a sociedade se condiciona pelo circuito midiático.

E, pois, é oportuno contextualizar que as características do agendamento que, por sua vez relaciona a produção de conteúdos da mídia aos assuntos que mais mobilizam o debate público, s destacam nos estudos comunicacionais desde a década de 1970 (McCombs, 2009). A pertinência de se pensar a formação profissional em Jornalismo com as estratégias cotidiano de agendamento temático está em sintonia com as demandas de emergência dos debates sobre transparência e controle social da gestão pública no Brasil.

### **Modestos apontamentos (conclusivos)**

A transparência de informações é algo que se questiona no Brasil, pois os dados do poder público, que deveriam estar disponíveis ao livre acesso de qualquer cidadão, ainda são mistérios. É daí o ponto de partida e reflexão do presente ensaio. E como o Jornalismo poderia atuar como legítimo e permanente mediador da sociedade social frente ao poder público instituído?

Pelo exercício profissional, que envolve a constante realização de pesquisas e investigações sobre a busca de dados e informações que deveriam estar disponíveis ao contribuinte, o Jornalismo pode operar como um efetivo espaço e meio de assegurar a disponibilização de indicadores de interesse coletivo. E esta demanda, obviamente, exige um constante esforço de acompanhamento, apuração e questionamento de ações de governo não pautados pela transparência.

Mas, como se sabe, formar profissionais – ousados e independentes, para apostar na busca de informações que contribuem para um controle social da gestão pública – não é uma tarefa fácil e tampouco simples. Isso depende de um ensino de jornalismo de qualidade voltado a uma perspectiva de responsabilidade social, discussão de temas socialmente relevantes, além de uma reflexão sobre a necessidade de um jornalismo capaz de trazer ao leitor/ouvinte/telespectador os mais diversos olhares sobre problemas e demandas atuais.

Mas estas, acaso, não seriam funções históricas de gestores públicos? Por que o Jornalismo deveria assumir este papel? É exatamente este o problema: diante do crescente descaso de setores sociais, que deveriam assumir compromissos com a gestão da vida pública – como governos, seja em nível executivo ou legislativo, bem

como o poder judiciário – registram visíveis fragilidades em cumprir com tarefas assumidas, que outros atores profissionais poderiam forjar um debate para rever condições de respeito ao contribuinte? Nas atuais situações, parece que o Jornalismo, ao menos no Brasil, pode ter outras demandas... paralelo ao dever de informar (com pluralidade, interesse público, atualidade, universalidade e proximidade), para pensar em algumas das principais características históricas do fazer profissional.

Isso porque o jornalismo pode lançar mão de ferramentas importantes tais como aplicativos de arquivo e gerenciamento de dados, sistemas organizacionais ou contabilização, que podem contribuir nos processos de apuração, checagem e produção de um jornalismo plural e capaz de fortalecer as crescentes demandas sociais por transparência, interesse público e gestão coletiva. Claro que a estrutura e apresentação de tais informações – seja em espaços de áudio, imagem, texto ou web – precisam ser suficientemente criativos e ousados para chamar atenção dos contribuintes a respeito da pertinência dos referidos temas pautados.

O desafio ou meta, então, é pensar alternativas para se consolidar um modo de fazer Jornalismo focado basicamente no que pode mais interessar para uma grande parcela da população que, nas atuais circunstâncias, parece desmotivada e distante do que concretamente ocorre nos bastidores e corredores dos prédios públicos ocupados por poucos dirigentes políticos que deveriam cuidar do dinheiro do contribuinte. E isso não é pouco!

Se os cursos de Jornalismo conseguirem pensar formas de (re)discutir os sentidos possíveis da transparência na gestão pública das ações didáticas cotidianas, muito provavelmente as próximas gerações de profissionais poderão contribuir com uma mais democrática administração pública da cidade, do Estado e/ou País.

Quem sabe, assim, o Jornalismo poderá se tornar efetivamente um dispositivo de controle social público, enquanto articulador discursivo, capaz de operar com transparência no espaço social. Trata-se, pois, de apenas mais um desafio ao campo profissional do Jornalismo Brasileiro Contemporâneo!

### **Referências Bibliográficas:**

- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 8. ed. São Paulo: *Revista dos Tribunais*, 2003. RT Legislação.
- CANELA, Guilherme (org). **Políticas públicas sociais e os desafios para o jornalismo**. Realização: ANDI e Cortez Editora. Vol. 1, São Paulo, 2008.

I CONFERÊNCIA Estadual sobre Transparência e Controle Social (CONSOCIAL).  
<http://www.consocia.pr.gov.br/arquivos/File/PROPOSTASELEGIDAS.pdf> Acesso em  
[28/03/2012](#).

MCCOMBS, Maxell. **A teoria da Agenda: A mídia e a opinião pública**. Petrópolis:  
Vozes, 2009.

NAUE, Luiz. *Ensaio e Manifestos sobre a contemporaneidade*. Ilha de São  
Francisco/SC: Edições FG, 1998.

PORTAL da Transparência. Disponível em:  
<http://www.portaltransparencia.gov.br/sobre/Legislacao.asp>. Acesso: 25/03/2012.

SOUSA, Jorge Pedro. **Teorias da notícia e do Jornalismo**. Chapecó: Argos, 2002.

WOLF, Mauro. **Teorias da Comunicação**. Tradução de Maria Jorge Vilar de  
Figueiredo. 9. Ed. Portugal: Presença, 2006.